

A EMERGÊNCIA DE STANDARDS FLORESTAIS: MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Rafael Mattiello¹

Julia Silvia Guivant²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo caracterizar a emergência de *standards* florestais como mecanismos de implementação de práticas sustentáveis dentro do emergente campo acadêmico dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT). Desta forma, este estudo trata da construção social do conceito de *standard* em suas complexas relações com a tríade formada pela temática contemporânea do meio ambiente, das florestas e do desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa construtivista pretende demonstrar por intermédio de pesquisa histórica, teórica e exploratória como a relação entre ecossistemas vulneráveis e delicados como as florestas *vis-à-vis* o processo de intensificação do controle humano sobre a natureza gerou conflitos em diversos setores da sociedade internacional, o que ultimamente alavancou o manejo sustentável, por meio dos *standards* de certificação florestal como o principal e mais aceito mecanismo para práticas de sustentabilidade em vigor atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: *Standards*, certificação florestal, manejo florestal, sustentabilidade.

EMERGENCY STANDARDS FOREST: MECHANISMS OF SUSTAINABLE PRACTICES IMPLEMENTATION

ABSTRACT: This article aims to characterize the emergence of forest standards as mechanisms for implementing sustainable practices within the emerging academic field of Social Studies of Science and Technology (SSST). This study addresses the social construction of the concept of standard in their complexes relationships with the triad formed by environment, forests and sustainable development. This constructivist research targets to demonstrate through historical, theoretical and exploratory inquiry the relationship between vulnerable and delicate ecosystems such as the forests *vis-à-vis* the intensification of human control over nature had created conflicts in various sectors of international society, which leveraged sustainable stewardship, through forest certification standards as the primary and most widely accepted mechanism for sustainable practices currently in place.

KEYWORDS: Standards, forest certification, forest stewardship, sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apontar a emergência de *standards* florestais como mecanismos de implementação de práticas sustentáveis, especificamente do Conselho de Manejo Florestal – FSC, dentro do emergente campo acadêmico dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT).

Este tema engaja-se numa problemática maior, da incerteza e dos conflitos emergentes em torno do aprimoramento de práticas e técnicas empresariais para mitigar e transformar

práticas socioambientais por intermédio novas tecnologias relacionadas às diversas certificações empresariais. Isso faz com que a tecnologia se encontre cada vez mais central no relacionamento entre atores sociais e não humanos. Isso se dá parcialmente devido a alta volatilidade da dinâmica social da contemporaneidade, que se encontra aberta a negociações e rearranjos em uma lógica de transformações contínuas, onde novas práticas, interesses e nexos emergem com a evolução deste processo. Assim, gradualmente os teóricos sociais se voltam a determinados temas que outrora não eram percebidos como questões desta área do conhecimento. É neste contexto que emerge a questão do meio ambiente dentro dos ESCT, que tem como proposta norteadora compreender como os atores sociais imputam acepções a suas realidades e como os interesses e motivações de grupos antagônicos são refletidos na construção de práticas sociais responsáveis. Esta área das Ciências Sociais tem sido fortalecida por inúmeros esforços de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, especialmente no Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade - IRIS (*cf. p. ex.* Mazon, 2010, Alves, 2008, Guivant, 2000; 2002a; 2002b; Guivant et. al., 2010; Grisotti, 2008; Zitzke, 2007; Mattiello, 2012) e agora em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por intermédio do Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade no Agronegócio.

Esta pesquisa construtivista pretende demonstrar por intermédio de pesquisa histórica, teórica e exploratória como a relação entre ecossistemas vulneráveis e delicados como as florestas *vis-à-vis* o processo de intensificação do controle humano sobre a natureza gerou conflitos em diversos setores da sociedade internacional, o que ultimamente alavancou o manejo sustentável, por meio dos *standards* de certificação florestal, especificamente do Conselho de Manejo Florestal – FSC, como o principal e mais aceito mecanismo para práticas de sustentabilidade em vigor atualmente. Primeiramente, será analisada a construção social por trás da ambiguidade e polivalência do conceito de *standard* em suas complexas relações formadas pelas temáticas contemporâneas do meio ambiente, das florestas e do desenvolvimento sustentável.

Em segundo lugar, será debatida a emergência do manejo florestal sustentável no plano internacional, e a subsequente elevação dos *standards* de certificação de manejo florestal como mecanismos válidos para a efetiva implementação de práticas sustentáveis, com uma especial ênfase ao principal organismo internacional para o manejo florestal responsável de todas as florestas do mundo, o FSC.

2 MEIO AMBIENTE, FLORESTAS E SUSTENTABILIDADE

Mais da metade de todas as florestas do mundo foram devastadas no intervalo 1940-2010. Metade desta desflorestação aconteceu entre 1970 e 2010. A concentração de gases antropogênicos como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) na atmosfera aumentou drasticamente e fez com que a temperatura média global subisse em níveis alarmantes (*Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), 2007). Ao mesmo tempo, a radiação ultravioleta aumenta com o persistente desgaste que a camada de ozônio vem sofrendo devido à utilização de clorofluorcarbono (CFC). Além disso, os seres humanos utilizam cerca de 40% de toda a biomassa terrestre, portanto, afetam a maioria dos outros seres vivos. Com isso, houve aumento na taxa de extinção em mais de mil vezes, fragilizando a vida silvestre.

Cerca de um quarto de todos os mamíferos, aves e anfíbios estão ameaçados de extinção. Os registros fósseis relatam cinco ciclos de extinções em massa. Este é o sexto ciclo da história e esta é a primeira vez que uma única espécie causa a extinção em massa de outras (BIERMANN, 2005, p. 3). Pesquisas alarmam que o sistema terrestre inteiro opera “bem longe do estado normal exibido nos últimos 500.000 anos” e que tal atividade pode, inadvertidamente, causar sérias consequências para o meio ambiente e habitat da Terra. Pode também modificar potencialmente o sistema terrestre para um modo de operação que pode ser irreversível e inóspito para humanos e outras formas de vida.

Primeiramente, nos países desenvolvidos, questões ambientais tais como poluição, desflorestação, aquecimento global, perda de biodiversidade e de outro lado social, questões relacionadas aos direitos indígenas e direitos trabalhistas levantaram a consciência da sociedade internacional acerca da relação entre forças produtivas, a sociedade e o meio ambiente. Desta maneira, a base do modelo capitalista foi colocada à prova acerca de sua sustentabilidade social, econômica e ambiental. Comumente, a comunidade acadêmica tem visto uma onda de novas possibilidades que emergem a partir da conscientização mundial presenciada a partir da divulgação pela Comissão do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987 do Relatório Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991), que surge como marco desta nova compreensão da realidade mundial. É neste momento que se alinha a expressão desenvolvimento sustentável. Entretanto, a construção social do

conceito de sustentabilidade é suficientemente amplo como para abranger estratégias que visem desde o estímulo ao consumo verde até padrões de construção eco-

eficiente. Mas, com estas iniciativas, ficam ainda mais fluidas as divisões entre os espaços alternativos e convencionais (GUIVANT, 2009, p. 194).

Sustentabilidade não diz respeito a um problema específico de tratamento certo, mas sim de uma complexa relação entre os seres humanos entre si e perante a natureza. Pois, a incapacidade científica de lidar satisfatoriamente com a questão ambiental faz com que devamos reconhecer “o caráter limitado e abstrato das construções científicas diante da imensa complexidade, diversidade e variação do meio ambiente, (...) [além] de que os fatos são cientificamente (socialmente) produzidos” (GRISOTTI, 2008, p. 101).

De forma bem abrangente, o conceito de desenvolvimento sustentável é a integração da dimensão econômica, social e ambiental com balizamento ético do respeito às diferenças às futuras gerações. Dentro desta ótica, ao se analisar a sustentabilidade, está implícita a expressão de sociedades sustentáveis, na perspectiva de um mundo ambientalmente sadio, onde as diversidades biológicas, cultural, étnica, racial e religiosa são parte integrante dos pressupostos da sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável “marca a afirmação de uma filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica, como premissas da construção de uma sociedade solidária e justa” (DEMAJOROVIC, 2003, p. 10).

Esta noção sugere que prevaleça a premissa de que é necessário determinar não apenas uma limitação nas possibilidades de crescimento, mas também “um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos, formados a partir de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça o sentimento de corresponsabilização e de constituição de valores éticos” (*ibid.*, p. 9-10).

Para Guivant (2002a, p. 81-82), a sustentabilidade não pode ser conceituada de maneira exata, pois é uma noção muito contraditória e que não “representa um conjunto fechado de práticas ou tecnologias, nem um modelo a ser descrito ou imposto”, pois o problema de conceituar “o que estamos tratando de fazer é parte do problema, [pois,] cada indivíduo [tem] valores diferentes”; e os “problemas sempre estão abertos às interpretações diferentes: como o conhecimento e o entendimento podem ser considerados como socialmente construídos”; uma vez que, “o que cada um de nós conhece e acredita está relacionado com o nosso contexto atual e nossa história. Não há, portanto, só uma interpretação correta”. Logo, “é fundamental procurar entender as múltiplas perspectivas sobre um problema para assegurar um amplo envolvimento dos atores e grupos”. Visto que, “[a] resolução de um problema inevitavelmente leva à produção de outro problema porque os problemas são endêmicos. Sempre haverá incertezas”.

Para a autora, desta maneira, as incertezas devem ser explícitas e reconhecidas como válidas, pois “[a] característica-chave passa a ser a capacidade dos atores de aprenderem continuamente a partir dessas situações em mudança, de forma a que possam agir rapidamente e transformar suas práticas” onde “[os] sistemas de aprendizagem e interação devem procurar as múltiplas perspectivas das diferentes partes interessadas e estimular o seu envolvimento. A participação e a colaboração são componentes essenciais de qualquer sistema de pesquisa”.

As florestas encontram-se no centro do cenário de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade, pois por mais de cinco mil anos têm se mantido imprescindíveis para o desenvolvimento da civilização humana, como fonte de alimentos, de combustíveis, de materiais para construção civil ou de outros produtos necessários para a humanidade em dado período histórico (PERLIN, 1989).

Dentro deste contexto, que emerge a partir do Relatório Brundtland, a percepção era a de que as florestas em países tropicais estavam sendo rapidamente degradadas e geralmente destruídas (CASHORE et al., 2006). Desta forma, havia ameaça à diversidade biológica, ao clima global, à sustentabilidade ambiental local e ao bem estar cultural, econômico e social das pessoas que dependem das florestas para subsistência. Grande parte da atenção foi dada ao desmatamento do dito “pulmão do mundo”, a Amazônia, decorrente da rápida e crescente demanda por madeira barata e as consequências nefastas deste fenômeno em relação a sua biodiversidade em ecossistemas riquíssimos (BROWN, 2001).

Atualmente, apenas 10% das reservas florestais de todo o mundo são florestas nativas. E, 82 países dos 148 países que se encontram na zona florestal já perderam suas florestas nativas; 49% do que resta de florestas nativas são florestas tropicais da América Latina, África, Ásia e Pacífico; 44% são as florestas boreais da América do Norte, da Escandinávia e da Rússia. O Brasil representa 35% das florestas nativas existentes em todo o mundo. Não seria de se estranhar que as florestas fossem alvo de especial atenção por todos. Mesmo que “as verdades científicas também [envolvam] divergências, além de pressupostos valorativos (ver, por exemplo, o debate científico sobre os riscos dos transgênicos, pesticidas etc.)” (GUIVANT, 2002a, p. 83).

Estes riscos ambientais, supostamente resultantes da diminuição das florestas ou da aceleração do desmatamento, especialmente nos países subdesenvolvidos, fizeram com que uma crescente preocupação por parte de políticos, cientistas e demais setores da sociedade fosse baseada na noção de que o uso incorreto, ou insustentável, dos recursos florestais é,

segundo Jinlong (2006, p. 3), um problema global que ganhou um valor simbólico sob a alcunha de “patrimônio natural do mundo”.

Discursos como “a atividade florestal é o elemento principal de um ecossistema na terra” ou “salvem as florestas para salvar o meio ambiente” foram amplamente introduzidos nas diferentes arenas de debate. Tais discursos e visões de mundo, compartilhados pelos principais grupos ambientalistas como *p. ex.* o *Greenpeace* e *World Wide Fund for Nature* (WWF), são vistos como prejudiciais às práticas empresariais florestais. Vastas campanhas publicitárias são lançadas e estimulam os consumidores a boicotarem determinados produtos por suas supostas práticas maléficas. Desse modo, determinadas técnicas empresariais começam a ser vistas como prejudiciais aos ecossistemas terrestres pelos movimentos ambientalistas, ao mesmo tempo em que são vistas como maléficas para as comunidades locais por intermédio dos movimentos sociais.

Práticas de embate baseados em boicotes e alarde geraram grande desconfiança do público em geral sobre os produtos que estão consumindo. Para os movimentos sociais que exploravam exemplos empresariais específicos, esta prática era pouco eficiente e não afetava de maneira efetiva seu propósito. Para a empresa, era extremamente danoso a seus negócios. Este primeiro grande embate entre as práticas produtivas do capitalismo mundial com a percepção de que determinados tipos de práticas deveriam ser modificados possibilitaram que diversas mudanças ambientais, econômicas, sociais e políticas viessem a alterar o comportamento dos diferentes atores envolvidos no centro desta mutação e evolução sistêmica de toda a comunidade mundial. No caso das empresas, tal conjuntura fez com que elas dessem preferência a uma condução dos negócios sob uma postura socialmente e ambientalmente responsável.

2.1 A emergência do manejo florestal sustentável

Tendo em vista que a desflorestação do Planeta foi constante e isso finalmente emerge como um risco à existência humana na Terra, o setor florestal começa a utilizar discursos como “o manejo florestal é sem sombra de dúvida um dos maiores desafios para o meio ambiente e desenvolvimento no mundo presente”. Este discurso ampara-se à “parte da ciência florestal que trata do conjunto de princípios, técnicas e normas, que têm por fim organizar as ações necessárias para ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência para alcançar objetivos definidos” (HIGUCHI, 1994, p. 275).

Segundo Jinlong (2006, p. 4-5), o manejo florestal se manteve como uma noção técnica cientificamente elaborada da silvicultura que esteve sob um restrito foco setorial por muitos anos. Isto muda a partir do Rio-92. A partir daquele instante, defende o autor, o manejo florestal emerge como um discurso central do diálogo político internacional e envolve o sistema da ONU, do Banco Mundial, mais recentemente do Protocolo de Quioto, da Convenção sobre a Conservação da Biodiversidade. Desta maneira, o então técnico conceito da ciência florestal emerge como um dos principais instrumentos para pôr em prática o discurso da sustentabilidade dentro do setor florestal.

Mesmo com a visível e exponencial degradação ambiental do mundo contemporâneo, a esfera intergovernamental foi incapaz de criar uma legislação específica aplicável de uma definição estandardizada de manejo florestal. Fato que pôs em xeque a manutenção das estruturas tradicionais de tomada de decisão e normatização tendo o Estado como o único ator no desenvolvimento de políticas de preservação ambiental. Discussões intergovernamentais acerca da degradação do meio ambiente *vis-à-vis* à crescente urbanização e industrialização do mundo contemporâneo colocaram em evidência a falta de habilidade política dos Estados em criar um instrumento global na questão da sustentabilidade de atividades relacionadas às florestas (*p. ex.* Humphries, 2003; Gereffi et al., 2001; Pearson; Seyfang, 2001; Pattberg, 2005) na forma de um tratado, que abriu espaço para que países divergissem em suas explicações e critérios para o desenvolvimento de manejos florestais sustentáveis.

As divergências acerca do manejo florestal sustentável podem ser elaboradas em termos de dois conflitos. Primeiramente, o conceito de manejo florestal esteve sobre o efeito de um dinâmico desenvolvimento e mudança de suas raízes históricas como um conceito predominantemente técnico da silvicultura, para uma visão mais global de manutenção e mobilização dos recursos florestais para o desenvolvimento sustentável, muito mais longe do que as limitações das reflexões de apenas um setor em específico. Em segundo lugar, o entendimento moderno do manejo florestal sustentável é ligado ou derivado da visão suprema, adotada como verdade absoluta do discurso acerca do conceito de sustentabilidade a partir do Relatório Brundtland e da convenção Rio-92.

O manejo florestal torna-se cada vez menos uma questão técnica ou científica entre profissionais do setor florestal, para se tornar parte de questões relacionadas às florestas sob orientação política e mercantil, que enfatiza muito mais as interações entre pessoas e o relacionamento entre pessoas e as florestas. É desta maneira que, para Jinlong (2006), o manejo florestal sustentável é alçado a uma “posição de subserviência” dentro do conceito e

lógicas gerais de um processo de desenvolvimento rural integrado e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável; além de vincular o manejo florestal sustentável inseparavelmente como aspectos e precondições de desenvolvimento sustentável, como a diminuição da pobreza e boas práticas de governança.

O setor corporativista tem analisado o desenvolvimento sustentável como uma visão suprema adotada para o futuro de seus negócios. Assim, fez do manejo florestal um instrumento para e subordinado ao desenvolvimento sustentável. Assim, o manejo florestal deixa de ser um conceito setorial para ser integrado a uma hierarquia lógica, estabelecendo pontes entre o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento rural sustentável, até a gestão sustentável de recursos naturais, e, eventualmente, ao manejo florestal sustentável. Em consequência disso, aspectos econômicos, ecológicos e sociais devem ser considerados de maneira balanceada e integrada em todos os níveis desta suposta hierarquia lógica – explicando, por exemplo, a ligação entre manejo florestal sustentável e desenvolvimento rural e diminuição da pobreza (JINLONG, 2006; ONU, 1992).

Diferente do que acontecia até bem pouco tempo atrás, pessoas envolvidas com a atividade florestal estão cada dia mais preocupadas com a certificação de suas operações do que com regulações florestais, realizadas a partir de leis nacionais ou tratados intergovernamentais. Isso ocorre, devido principalmente aos seguintes fatores (baseado em BASS, 2003, p. 27):

(1) Foi quebrada a confiança pública em empresas e na gestão florestal, pois embora as pessoas gostem e necessitem de produtos oriundos de florestas, não entendem nem confiam na gestão florestal dos intermediários que se encontram na interface dos benefícios públicos e privados relacionados às florestas: as comunidades que vivem nas florestas, os empresários que utilizam florestas, as empresas de manufaturas de madeira e celulose, etc.

(2) Os problemas florestais estão aumentando, devido ao uso equivocado das florestas combinado à falta de rigor público em controlar estas atividades, ao mesmo tempo em que não é dado o necessário incentivo para a sustentabilidade por parte de governos tampouco dos mercados. Esta é uma realidade do mundo inteiro, mas se evidencia com maior força no hemisfério Sul devido à pobreza. Como consequência, várias práticas florestais ocorrem sem planejamento ou gestão, visando lucro imediato. Assim, ocorre o desmatamento, uma drástica redução da qualidade das florestas bem como a marginalização das parcelas mais empobrecidas e dependentes das florestas. Típicos serviços florestais públicos (biodiversidade, cursos das águas, qualidade do solo, etc.) sofrem em favor de interesses

privados (venda de madeira, papel, carvão, nozes, etc.), embora uma grande parte das causas que estão por detrás deste triste fato não necessariamente seja causada pelo setor florestal (regras de comércio, dívidas, corrupção, falta e inabilidade pública de efetivo controle de áreas florestais, falta de pessoal, equipamento ou recursos, etc.).

(3) Produtores florestais estão sofrendo uma grande pressão para transformar o setor e, conseqüentemente, suas práticas: principalmente no hemisfério Norte, empresários do setor florestal – em especial aquelas empresas de silvicultura com operações em regiões tropicais e relacionadas ao setor de papel e celulose – viraram símbolo da destruição ambiental. Organizações civis começaram a pressionar o governo a tomar alguma atitude, ao mesmo tempo em que fornecia os argumentos ao público leigo. Assim, cada vez mais consumidores começaram a exigir produtos mais sustentáveis que garantissem que não estavam prejudicando o planeta.

Por conseguinte, emerge o conceito de manejo florestal sustentável, que tem como definição mais amplamente utilizada (com as empresas na liderança, mas definida intergovernamentalmente em Assembleia Geral da ONU de dezembro de 2007):

como um conceito em evolução e dinâmico que tem por objetivo manter e aprimorar o valor econômico, social e ambiental de todos os tipos de floresta, para o benefício da geração presente e futura. Ele é caracterizado por sete elementos, incluindo: (i) a extensão dos recursos florestais; (ii) a diversidade biológica da floresta; (iii) a vitalidade e saúde da floresta; (iv) as funções produtivas dos recursos florestais; (v) as funções protetivas dos recursos florestais; (vi) as funções socioeconômicas das florestas; e (vii) o panorama institucional, político e legal [tradução dos autores] (ONU, 2008).

3 CONCEITO DE *STANDARDS*

Dentro da ESCT, a temática sobre a ambigüidade dos *standards* vem sendo cada vez mais discutida. Entre os autores mais destacados nesta área, Busch e Bingen (2006) consideram que os *standards* são as medidas pelas quais os produtos, processos e produtores são avaliados. As condições são as categorias usadas para implementar estes *standards*. Hoje em dia, condições e *standards* formais são onipresentes no mundo e afetam a produção, processamento e venda dos produtos, além disso, balizam também o julgamento da performance e o mérito humano. Desta maneira, explicam os autores, existem condições e *standards* para massas, ketchup, produtos químicos e espécies ameaçadas de extinção bem

como para estudantes que almejem entrar no ensino superior ou em alguma carreira governamental. Estas condições e *standards* podem ser definidos por Agências Reguladoras Governamentais (*p. ex.* Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel); por associações industriais (*p. ex.* Associação Nacional dos Processadores de Alimentos Estadunidense); por associações profissionais (*p. ex.* Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); por fóruns nacionais de normalização (*p. ex.* Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT); por organizações privadas e sem fins lucrativos (*p. ex.* Conselho de Manejo Marítimo – MSC; Conselho de Manejo Florestal – FSC); ou por líderes de mercado (*p. ex.* Starbucks; McDonald’s).

Alguns autores argumentam que a globalização traz consigo uma crescente estandardização dos processos e práticas empresariais (*cf. p. ex.* estudos na área agrícola de Bonanno et al., 1994; Magdoff et al., 2000), ao mesmo tempo pode-se argumentar que ampliam-se a diversificação das práticas, processos e produtos disponíveis a qualquer indivíduo (ou empresa) no Planeta.

Durante o século XX, diversos *standards* se firmaram no universo empresarial e virtualmente influenciaram todos os aspectos da produção, processamento, transporte e venda de produtos se sobrepondo em uma miríade de múltiplas Agências Governamentais, suas jurisdições e entidades privadas reguladoras.

Dentre eles, destacam-se as famosas séries 9000 e 14.000 da *International Standardization Organization* (ISO), que ditam boas práticas de gestão empresarial (9000) e boas práticas ambientais (14.000); o SA 8000, da *Social Accountability International* (SAI), que cobre uma grande gama de questões relacionadas a um tratamento justo e adequado aos trabalhadores, seus direitos, segurança e saúde; outros *standards* emergentes tratam de comércio justo (*fair trade*) e geralmente lidam com produtos específicos (*cf. p. ex.* *Max Havelaar* com café, soja e cacau), embora possam ser identificados pela logomarca da *Fairtrade Labelling Organizations International*.

Como *standards* são geralmente percebidos como um produto de práticas técnicas e científicas (*cf.* Williamson, 1994), assim sendo consideradas como ‘objetivas’ e desprovidas de qualquer tipo de enviesamento (*cf.* Callon, 1998), os standards foram historicamente entendidos como um “lubrificante neutro” do mercado (Reardon e Farina, 2002). Visto que estão embutidos em algum sistema particular de relações sociais, cujas normas e instituições influenciam seus efeitos, *standards* estão impingidos por juízos de valor (*cf.* Busch, 2000) e seu conteúdo é definido por negociações e ações estratégicas que refletem as diferenças em

poder de convencimento e barganha dos atores envolvidos no processo (cf. Bingen e Siyengo, 2002).

Mas, eles nem sempre levam à estandardização. *Standards* tiveram outros significados no passado. Empresas, como a *Standard Oil*, não almejavam estandardização, mas serem reconhecidas como a vanguarda de determinado setor econômico. Ou seja, não preenchiam determinados quesitos em determinados *standards* e sim criavam os quesitos e *standards* para o setor, cuja base era as suas próprias práticas e métodos.

Os autores argumentam que, mais recentemente, preencher determinados quesitos por intermédio de *standards* está cada vez mais sendo reconhecido por sua faculdade de diferenciar produtos (cf. p. ex. a atuação da *General Motors* no começo do século XX de utilizar diferentes *standards* para segmentar o mercado automobilístico; ou da *H.J. Heinz Company* e suas ‘57 variedades’ estampadas em todos os seus produtos). Assim, abrem-se as portas para o desenvolvimento e implementação de *standards* privados exigidos de fornecedores para realizar qualquer operação com aquelas empresas. As principais redes de supermercados no mundo aplicam este tipo de regulamentação privada na escolha de seus fornecedores (cf. p. ex. o *Walmart* dos Estados Unidos, o *Carrefour* da França e o Grupo *Royal Ahold* dos Países Baixos). Entretanto, este tipo de *standard* não necessariamente leva ao estabelecimento de regras que cheguem à estandardização de todo o mercado visto que são utilizados por uma grande empresa líder de mercado e se expande somente pela rede de empresas que almejem manter negócios com este grupo.

O principal problema encontrado e descrito na literatura acerca do conceito de *standard* é a sua ambiguidade – ou seja, a diversidade de organizações que este conceito engloba, visto que uma vasta quantidade de organizações exerce algum tipo de autoridade internacional. Parte de arranjos privados puramente relacionados às empresas que autorregulam sua área de atividade (cf. p. ex. acordos bancários internacionais); passa por parcerias entre entidades privadas e estatais (cf. p. ex. a ISO, composta por entidades de estandardização nacionais. Tais entidades podem ser públicas, privadas ou mistas, dependendo do país); até parcerias entre movimentos sociais e empresas. Mattiello (2006, p. 10) afirma que em cada um desses casos, a fonte de autoridade parece ser diferente:

- Arranjos baseados puramente entre empresas geralmente ganham autoridade a partir de sua capacidade de resolver problemas. Em outras palavras, sua autoridade está baseada na efetividade de corresponder às expectativas dos interessados no mecanismo. Estas iniciativas são geralmente *standards* utilizados por companhias para unificar padrões e/ou

medir as técnicas de gestão e/ou estabelecer critérios de performance social/ambiental para a companhia e seus fornecedores e subcontratados.

- Parcerias entre atores públicos e privados têm como fonte de autoridade o ator público que necessita da assistência, *know-how* e *expertise* dos atores privados.
- Parcerias entre movimentos sociais e empresas privadas parecem ter duas fontes de autoridade. Podem ser relacionadas à suas pretensões no fornecimento de padrões morais e considerações éticas de justiça social embutidos no ativismo dos movimentos sociais para os negócios correntes. Ou podem estar arrolados com o mesmo tipo de arranjo puramente relacionados com negócios. As parcerias são muitas vezes correlacionadas com o alto grau de preocupações sociais e/ou ambientais na produção e distribuição de determinado bem, relacionando a empresa com a ideia da justiça social empregada pelos movimentos sociais.

O principal mecanismo para a implementação de *standards* é a certificação por terceiras partes que, ao refletir a percepção dos *standards*, também é considerada uma ‘instituição objetiva’, devido principalmente a sua independência dos outros setores envolvidos (produtores, atacadistas, consumidores). Tal independência dá legitimidade às entidades certificadoras, pois, em princípio, não teriam qualquer interesse no resultado final da transação. Por isso, são vistas como altamente eficazes para assegurar qualidade e segurança dos produtos envolvidos pelo *standard*. Desta forma, a certificação por terceiras partes é amplamente utilizada por revendedores, produtores, Agências Governamentais e organizações de sociedade civil na implementação de seus *standards*.

O uso estratégico de *standards* se difunde com rapidez entre os diferentes interessados (*stakeholders*). Entretanto, dependendo de quais *standards* são utilizados, de que maneira, como e por quem eles são certificados, o uso de *standards* e a certificação por terceiras partes afetarão o sistema bem como os atores particulares envolvidos diferentemente (*cf.* Hatanaka; Bain; Busch, 2006, p. 46-47). Isso ocorre principalmente devido aos *standards* ou

padrões de qualidade e segurança (...) não [serem] fenômenos neutros; [pois] a própria definição desses termos exprime disputas culturais” que são socialmente construídas principalmente “quando uma crise social, econômica ou política [ameace] os arranjos antes estabelecidos (MAZON, 2009, p. 1007).

4 *STANDARDS* COMO MECANISMOS DE SUSTENTABILIDADE

Questões globais, como o desenvolvimento sustentável do Planeta, entraram em uma nova fase na qual novos atores emergem na esperança de uma resolução mais efetiva dos

grandes problemas expostos. Organizações transnacionais propõem-se não somente a discutir e forçar mudanças na sociedade internacional, mas institucionalizar e normatizar, por conta própria, questões ambientais por meio de consenso dos interessados (PATTBERG, 2004). Assim, este artigo tem como proposta analisar a emergente conjuntura internacional, que envolve instrumentos privados, os quais desenvolvem, constroem e legitimam determinadas ‘práticas aceitáveis’ ou ‘responsáveis’ que supostamente resultem no ‘desenvolvimento sustentável’.

No que tange às florestas, a ínfima vontade política dos governos em, efetivamente, criar mecanismos para dirigir adequadamente os problemas decorrentes dos custos ambientais da globalização e controlar a questão econômica do meio ambiente, fez com que uma ampla coalizão de atores sociais privados (grupos de advocacia internacional, ONGs sociais e ambientais e empresas com interesses bem distintos, etc.) se organizassem em arenas de negociação e criassem, de maneira autônoma, suas próprias iniciativas em prol do desenvolvimento de práticas responsáveis para serem utilizadas em favor de uma vivência mais sustentável no Planeta.

Parte dessas iniciativas tornaram-se *standards*. Argumentamos que as construções sociais, para o estabelecimento de ‘práticas aceitáveis’ ou ‘responsáveis’ que resultam no ‘desenvolvimento sustentável’, ocorrem a partir do avanço de autoridades privadas especializadas em definir normas e implementar mecanismos privados de práticas ambientais aceitáveis. A emergência deste tipo de prática adquiriu determinado nível de legitimidade internacional a partir do reconhecimento dado a eles pelas diversas esferas governamentais como “mecanismos válidos para desenvolver e implementar práticas de administração social e ambientalmente responsáveis dirigidas ao desenvolvimento sustentável” (PI, 2005, p. 1). Isto resultou em novas organizações, propostas a alavancar atitudes proativas em relação à gestão ambiental da sociedade a partir de práticas responsáveis.

Os *standards* privados assumem uma posição privilegiada, de mecanismos para pôr em funcionamento este tipo de reestruturação das práticas econômicas no que tange ao relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente.

A emergência dessas práticas responsáveis por parte das empresas engloba diversos conceitos distintos e correlacionados, tais como: novas práticas alimentares (*cf. p. ex.* Guivant et al, 2010), cidadania empresarial (*cf. p. ex.* McIntosh et al, 2002; Maignan et al, 1999; Googins et al, 2007), responsabilidade socioambiental (*cf. p. ex.* Cohen, 2010; Kao, 2010; Tachizawa, 2005; Ashley, 2003), padrões de qualidade e segurança (*cf. p. ex.* Mazon, 2010),

filantropia corporativa (*cf. p. ex.* Himmelstein, 1997), desenvolvimento sustentável e (boa) governança empresarial (*cf. p. ex.* Malin, 2010; Ginther et al, 1995; Arnold & Day, 1998), ética empresarial (*cf. p. ex.* Crane & Matten, 2010; Fisher & Lovell, 2009; Matten & Palazzo, 2008), ambientalismo corporativo (Andrade, 2000) e empresa verde (*cf. p. ex.* Laville, 2009).

Esta prática permite atender a diferentes interesses (relacionados à área social e ambiental) de partes distintas – comunidade, acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, sociedade, diferentes esferas governamentais e outros interessados – em um processo que proporciona um forte posicionamento de imagem e assim, um importante diferencial em um mundo cada vez mais competitivo. Estas novas práticas empresariais trazem menos problemas ao conciliarem uma atividade econômica com a preservação da natureza, por intermédio de uma gama de ações que outrora não participavam do ideário empresarial – com *standards* privados e certificações de práticas que vão desde de intervenções gerenciais a uma completa reestruturação dos processos e procedimentos de toda a cadeia de produção, da matéria prima ao consumidor final.

5 MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E A ASCENSÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

Em meados dos anos de 1990, em uma tentativa coletiva de se estabelecer um denominador comum em torno de um suposto ‘manejo florestal responsável’, uma ampla coalizão se formou, composta por diferentes atores como: instituições, empresas, organizações interessadas no assunto, em prol do meio ambiente, de direitos humanos, de questões sociais, representantes dos indígenas, madeireiras; comerciantes de madeira, lojistas, comunidades relacionadas ao bom manejo das atividades florestais, e organizações de certificação florestal. Essa coalizão criou um sistema que construiu, no papel, um ‘consenso global’ daquilo que seria definido como bom manejo florestal. O mesmo foi controlado por auditores independentes em uma organização global chamada de Conselho de Manejo Florestal - FSC (FSC 2006a). A ideia surgiu sob os auspícios do *World Wide Fund for Nature* (WWF) e foi concebida, de um lado para organizar uma certificação florestal que assegurasse aos clientes a origem e o manejo apropriado da madeira comercializada, e do outro, para criar grupos de compradores de lojistas e outros compradores de produtos madeireiros. Institucionalizando assim uma demanda por produtos de madeira certificados.

O FSC é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos que foi estabelecida com o propósito de promover a gestão responsável e o manejo sustentável das florestas do mundo, que cria normas para o manejo sustentável das florestas, acredita e faz auditoria das agências descentralizadas de certificação. Ou seja, esta organização *multistakeholder* define as diretrizes através de seus filiados para desenvolver os *standards* para o manejo florestal e para a cadeia de custódia, além de fornecer garantias com relação a marca e providenciar serviços de credenciamento para uma rede global de negócios engajados, organizações e comunidades. Assim, a certificação do FSC garante uma conexão aceitável entre produção responsável e consumo de produtos florestais sustentáveis. A certificação permite, assim, aos consumidores e às empresas tomarem decisões de compra que beneficiam pessoas e o meio ambiente ao mesmo tempo em que aferem o valor de mercado de seus produtos e atitudes.

Mas afinal o que faz do *standard* FSC ser tão especial? O discurso construído e incorporado pelos diferentes atores do *standard* FSC como distintivos em relação a outros mecanismos de certificação de manejo florestal é de que o *standard* FSC em específico:

(1) É uma organização construída a partir dos ideais e dos pilares do desenvolvimento sustentável, em que os três interesses fundamentais de grupos sociais, movimentos ambientais e agentes econômicos são reunidos em Assembleia Geral com uma divisão entre Câmara Ambiental, Social e Econômica;

(2) Dentro da instituição existe equidade/justiça pelo fato de dentro de cada câmara existir uma paridade de votos entre o Norte e o Sul (dentro de cada câmara existe uma paridade de votos entre o Norte e o Sul, mas eles representam a maneira com que os interesses foram acomodados, visto que a própria divisão é subjetiva, coloca a Austrália no norte e a Rússia no sul);

(3) É uma organização com participação *multistakeholder* (a organização foi feita para funcionar sem a influência governamental e, portanto não contém membros públicos, os membros da organização são compostos por uma mistura de representantes de movimentos sociais, ambientais, empresas do setor de silvicultura, representantes de organizações profissionais, e organizações de certificação (certificadoras) de todo o mundo. A preponderância da influência do norte é notável, tanto quanto das ONGs ambientalistas (p. ex. WWF e Greenpeace) como do setor econômico (as certificadoras são consideradas agentes econômicos e como auditores por terceira-parte);

(4) O *standard* FSC se aplica de maneira global e se aplica para todas as florestas tropicais, temperadas e boreais e cobrem fatores econômicos, ambientais e sociais (embora dependam do escrutínio da interpretação dos auditores e assim tornam todo o processo subjetivo);

(5) Presença global (o FSC é uma rede global com diversos escritórios em todo o mundo e tem florestas certificadas em quase todo o mundo);

(6) Existe uma determinada flexibilidade na implementação local (como os *standards* são adaptados à realidade de um país eles acabam se diferindo levemente uns dos outros, embora sejam considerados compatíveis);

(7) De maneira independente, através do setor privado tenham estabelecido um *standard* internacional que tem normas mais rígidas do que qualquer legislação em geral tanto no que tange às normas como no processo de monitoramento e auditoria;

(8) O *standard* FSC tem independência e credibilidade (pelo fato dos *standards* serem verificados na forma de auditoria e inspeção em sítio, o que resulta em produto certificado e etiquetado);

(9) O estabelecimento de relações com grandes atacadistas/conglomerados corporativos por intermédio do grupo organizado pelo WWF para preparar um grupo de compradores que comprassem exclusivamente madeira certificada pelo *standard* FSC;

(10) Além de oferecer um impacto em forma de incentivo aos produtores pelas condições de mercado, geralmente tendendo aos melhores preços praticados.

O que começou como nada mais do que uma ideia inovadora se tornou modelo líder para o manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável. No início do século XXI, o FSC é a única organização reconhecida internacionalmente de constituição de *standards* para a gerência responsável das florestas apoiada pelo setor corporativo bem como pelas organizações ambientais e os grupos sociais. Desde 1993, vem promovendo o manejo responsável das florestas do mundo. Desde então, esta organização vem sendo internacionalmente reconhecida como uma das principais iniciativas para a promoção de uma atividade florestal sustentável. Isso ocorre por intermédio da certificação de produtos oriundos de florestas responsáveis conforme Princípios e Critérios que harmonizam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica dos empreendimentos.

Este sistema de certificação voluntária é cada vez mais utilizado pelas empresas e ganha mais destaque como instrumento de política florestal de implementação de processos

de ‘desenvolvimento sustentável’ no setor empresarial. Pois, as empresas, estando ou não envolvidas no processo de definição do FSC, podem legitimar o *standard* simplesmente ao empregarem embalagens industriais certificadas, ao utilizarem móveis oriundos de ‘madeira sustentável’; ao comprarem papel para seus afazeres burocráticos certificados ou quando publicarem em gráficas que se utilizam de tais práticas.

A certificação florestal é uma prática emergente com um crescente número de pessoas interessadas em implementar e comprar produtos certificados. Existe, em 2012, uma gama de produtos certificados disponíveis ao mercado (FSC, 2012): carvão e lenha; móveis para casa; móveis de escritório; serviços consultoria e planejamento; lâminas e folheados; produtos para jardim; produtos para parques; brinquedos e jogos; produtos derivados de serraria; utensílios domésticos; madeira beneficiada; madeira para navio e barcos; madeira reconstituída; produtos cosméticos e de higiene; papel e papelão; toras de madeira; madeira serrada; produtos de marcenaria e carpintaria para construção; ferramentas; livros, folhetos e cartilhas; árvores de natal; produtos florestais não madeireiros; polpa e outros materiais de fibra de celulose; lã de madeira; produtos torneados; instrumentos musicais; equipamentos esportivos; embalagens de madeira; *pallets*.

A ampliação desta prática está ligada ao desenvolvimento de outros setores econômicos e métodos bem estabelecidos de programas de certificação nas áreas industriais, programas de qualidade, programas de saúde. A principal e a notável diferença entre estes diferentes esquemas de certificação, lembram Meidinger, Elliott & Oesten (2003), dizem respeito a atores não governamentais, os quais assumem funções que, em outrora, eram desempenhadas exclusivamente por Agências e Ministérios do Estado-Nação: a criação e implementação de *standards* florestais visando proteger o interesse público geral (das florestas) por intermédio do manejo florestal responsável. De acordo com Mattiello (2015), isso ocorre a partir da modernização ecológica, ou seja, da necessidade de readequação ambiental oriunda dos principais atores envolvidos nos processos de crescimento e desenvolvimento industrial do capitalismo contemporâneo. Desta forma, a modernização ecológica está relacionada à emergência de práticas responsáveis por intermédio da construção de *standards* por autoridades privadas especializadas, influenciada pelas principais transformações político-sociais, oriundas da contemporaneidade.

6 EM GUIA DE CONCLUSÃO

Dentro dos ESCT, transformações, transições e mudanças sociais nunca foram ideias periféricas; sempre estiveram no cerne de estudos e disputados debates das ciências sociais. Contemporaneamente, isto não é diferente. Existem diversas tentativas conceituais de explicar a dinâmica, origem, escopo e grandeza das transformações sociais cada vez mais fluídas, pela emergência e crescente importância de novos atores na sociedade internacional, pela incorporação de novas práticas tecnológicas, produtivas, laborais e cognitivas pelos diversos atores sociais, além da crescente mundialização e desterritorialização dos diferentes espaços sociais, principalmente nos mercados, e subsequentemente das empresas e dos consumidores. Entender as lógicas por trás destas constantes e imprevisíveis transformações sociais levou não somente sociólogos, mas estudiosos das diferentes disciplinas das ciências sociais, a maneiras distintas de selecionar objetos de estudo, conceitos e metodologias, além de interpretações divergentes em escolas paradigmáticas distintas.

Nosso argumento é que, em meados do século XX, a relação entre ecossistemas vulneráveis e delicados como as florestas *vis-à-vis*, o processo de intensificação do controle humano sobre a natureza gerou conflitos em diversos setores da sociedade internacional. E cada vez mais há uma pressão de setores da mídia, sociedade, dos órgãos internacionais e das organizações não governamentais (ONGs) no sentido de legitimar suas próprias maneiras de almejar uma relação mais equilibrada entre sistema produtivo florestal e meio ambiente. Neste plano de fundo, surgem as discussões acerca da emergência de *standards* florestais como mecanismos de implementação de práticas sustentáveis. Fato que acarreta determinadas consequências um tanto imprevisíveis e que necessariamente necessitam de mais estudos por parte das diferentes escolas de conhecimento entre as mais diversas áreas do conhecimento humano.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A.F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. 2008. 234 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- ANDRADE, J.C.S. **Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio ambientais da Aracruz celulose (1990-1999)**. 2000. 419 f. Tese (Doutorado em Administração) - UFBA, Salvador. 2000.
- ARNOLD, M.; DAY, R. **The next bottom line: making sustainable development tangible**. Washington: World Resources Institute. 1998.
- ASHLEY, P.A. **Ética e responsabilidade social nos negócios: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Saraiva. 2003.

- BASS, S. Certification in the forest political landscape. In MEIDINGER, E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. (Eds.) **Social and political dimensions of forest certification**. Remagen-Oberwinter: Verlag. 2003. p. 27-60.
- BIERMANN, F.H.B. **Earth system governance: the challenge for social science**. 2005. 50 f. Tese (Aanvarding van het ambt van hoogleraar Milieubeleidswetenschappen aan de FALW en hoogleraar Politicologie aan de FSW van de VU). Vrije Universiteit, Amsterdam, 2005.
- BINGEN, J.; SIYENGO, A. Standards and corporate restructuring in the Michigan dry bean industry. **Agriculture and human values**. Houten, v. 19, n. 4, p. 311-323, 2002.
- BONANNO, A.; BUSCH, L.; FRIEDLAND, W.H.; GOUVEIA, L; MINGIONE, E. (Eds.) **From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food**. Laurence: University Press of Kansas. 1994.
- BROWN, K. Cut and run? Evolving institutions for global forest governance. **Journal of international development**. Storrs, v. 13, p. 893-905. 2001.
- BUSCH, L. The moral economy of grades and standards. **Journal of rural studies**. Exeter, v. 16, p. 273-283, 2000.
- BUSCH, L.; BINGEN, J. Introduction: a new world of standards. In: BINGEN, J.; BUSCH, L. (Eds.) **Agricultural standards: the shape of the global food and fiber system**. Houten: Springer. 2006. p. 3-28.
- CALLON **The laws of the market**. Oxford: Blackwell Publishers. 1998.
- CASHORE, B.; NEWSOM, D.; BAHN, V. Does forest certification matter? An analysis of operation-level changes required during the Smart wood certification process in the US. **Journal of forest policy and economics**, v. 9, n. 3, p. 197-208, 2006.
- CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991
- COHEN, E. **CSR for HR: A necessary partnership for advancing responsible business practices**. Sheffield: Greenleaf Publishing. 2010.
- CRANE, A.; MATTEN, D. **Business ethics: managing corporate citizenship and sustainability in the age of globalization**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press. 2010.
- DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade sócio-ambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Editora Senac. 2003.
- FISHER, C.; LOVELL, A. **Business ethics and values: individual, corporate and international perspectives**. 3. ed. Essex: Pearson Education. 2009.
- FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **FSC**. 2006a. Disponível em <<http://www.fsc.org/en/>> Acesso em: 13 julho 2010.
- FSC – CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL **Produtos FSC**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.fsc-products.org/products/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2012.
- GEREFFI, G.; GARCIA-JOHNSON, R.; SASSER, E. The NGO-industrial complex. **Foreign policy**, Washington, v. 125, p. 56–65. 2001.
- GINTHER, K.; DENTERS, E.M.G.; DE WAART, P.J.I.M. (Eds.) **Sustainable development and good governance**. Dordrecht: Martinus Nijhoff. 1995.
- GOOGINS, B.K.; MIRVIS, P.H.; ROCHLIN, S.A. **Beyond good company: next generation corporate citizenship**. Basingstoke / New York: Palgrave Macmillan. 2007.
- GRISOTTI, M. A construção dos fatos científicos e a existência dos vetores de doenças. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 23, p. 93-103. 2008.
- GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, S. (Org.), **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Editora da UFF. 2000. p. 281-303.
- GUIVANT, J. S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-88, 2002a.

- GUIVANT, J. S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-88, 2002b.
- GUIVANT, J. S. O controle de mercado através da eco-eficiência e do eco-consumo: uma análise a partir dos supermercados. **Política e sociedade**. Florianópolis, v. 8, n.15, p. 173-198. 2009.
- GUIVANT, J. S.; SPPARGAREN, G.; RIAL, C. (Orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2010.
- GUIVANT, J. S.; NUNES, D. M.; CASSIANO, A.C. Nanotecnologias e qualidade de vida. **Com ciência**. Campinas, v. 119. 2010. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=57&id=716>> Acesso em: 03 dezembro 2011.
- HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Standardization, standardized differentiation: the complexity of the global agrifood system. In: MARSDEN, T.; MURDOCH, J. (Eds.) **Between the local and the global: confronting complexity in the contemporary food sector**. Amsterdam: Elsevier. 2006.
- HIGUCHI, N. Utilização e manejo dos recursos madeireiros das florestas tropicais úmidas. **Acta Amazônica**. Manaus, n. 24, vol. ¾, 1994, pp. 275-288.
- HIMMELSTEIN, J. **Looking good and doing good: corporate philanthropy and corporate power**. Bloomington: Indiana University Press. 1997.
- HUMPHREYS, D. Life protective or carcinogenic challenge? Global forests governance under advanced capitalism. **Global Environmental Politics**, Nova Iorque, v. 3, n. 2, p. 40-55, 2003.
- IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change (PARRY, M.L; CANZIANI, O.F; PALUTIKOF, J.P; VAN DER LINDEN, P.J.; HANSON, C.E.). Summary for Policymakers, in Climate Change 2007: **Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the. Cambridge University Press, Cambridge, UK. 2007, pp. 7-22.
- JINLONG, L. **Forests in the mist: livelihoods and responses to natural forest protection program in China**. 266 f. Tese. Universiteit van Wageningen, Wageningen. 2006.
- KAO, R.W.Y. **Sustainable economy: corporate, social and environmental responsibility**. Cingapura: World Scientific Publishing. 2010.
- LAVILLE, E. **A empresa verde**. São Paulo: Ôte. 2009.
- MAGDOFF, F.; FOSTER, J.B.; BUTTEL, F.H. (Eds.) **Hungry for profit: the agribusiness threat to farmers, food and the environment**. Nova Iorque: Monthly Review Press. 2000.
- MAIGNAN, I.; FERRELL, O.C.; HULT, G.T.M. Corporate citizenship: cultural antecedents and business benefits. **Journal of the academy of marketing science**. Ruston. v. 27, n. 4, p 455-469, 1999.
- MALIN, C.A. **Corporate governance**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press. 2010.
- MATTEN, D.; PALAZZO, G. Unternehmensethik als gegenstand betriebswirtschaftlicher forschung und lehre: eine bestandsaufnahme aus internationaler perspektive. **Zeitschrift für betriebswirtschaftliche forschung**, Monique, v. 58, n. 8, p. 50-71, 2008.
- MATTIELLO, R. **The Forest Stewardship Council: market authority and moral authority?** 2006. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas, especialização Relações Internacionais e Governança Transnacional) – Faculteit der Sociale Wetenschappen (revalidado pelo IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Vrije Universiteit Amsterdam (revalidado pela UniCamp – Universidade Estadual de Campinas), Amsterdã (Campinas), 2006.
- MATTIELLO, R. **As trajetórias da certificação florestal dos standards do Conselho de Manejo Florestal – FSC**. Saärbrucken: NEA. 2015.

- MAZON, M.S. **Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: estado e mercado em questão**. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MCINTOSH, M.; THOMAS, R.; LEIPZIGER, D.; COLEMAN, G. **Living corporate citizenship: strategic routes to socially responsible business**. Londres: FT Prentice Hall. 2002.
- MEIDINGER, E.E. The new environmental law: forest certification. In: MEIDINGER, E.; ELLIOTT, C.; OESTEN, G. (Eds.) **Social and political dimensions of forest certification**. Remagen-Oberwinter: Verlag. 2003a. p. 214-303.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU **Resolução adotada pela Assembléia Geral 62/98: non-legally binding instruments on all types of forests**. 2008. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/469/65/PDF/N0746965.pdf?OpenElement>> Acesso em: 27 fevereiro 2012.
- PATTBERG, P. The institutionalisation of private governance: conceptualising an emerging trend in global environmental politics. **Global governance working paper**, Potsdam/Amsterdam/Berlin, v. 9. 2004. Disponível em: <<http://www.glogov.org>> Acesso em: 15 julho 2010.
- PATTBERG, P. The institutionalization of private governance: how business and nonprofit organizations agree on transnational rules. **Governance: an international journal of policy, administration, and institutions**. Bergen, v. 18, n. 4, p. 589-610, 2005.
- PEARSON, R.; SEYFANG, G. New hope or false dawn? Voluntary codes of conduct, labour regulation and social policy in a globalising world. **Global social policy**. Londres, v. 1, n. 1, p. 77-106, 2001.
- PERLIN, J. **A forest journey: The role of wood in the development of civilization**. Nova Iorque: W.W. Norton, 1989.
- PI ENVIRONMENTAL CONSULTING **Governança por múltiplos interessados: um guia breve**. Pully, Secretaria de Estado Suíço de Negócios Econômicos (SECO). 2005. Disponível em: <http://assets.panda.org/downloads/finalpiconsulting_paperportuguese.pdf> Acesso em: 10 julho 2010.
- REARDON, T.; FARINA, E. The rise of private food quality and safety standards: illustrations from Brazil. **International food and agribusiness management review**. Boston, v. 4, p. 413-421, 2002.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2005.
- WILLIAMSON, O.E. Visible and invisible governance. **American economic review**, Nashville, v. 84, n. 2, p. 323-326, 1994.
- ZITZKE, V.A. **A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 316 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Possui graduação em Relações Internacionais - Faculdades Integradas Curitiba (2003), mestrado em Ciencia Política, especialização Relações Internacionais e Governança Transnacional - Vrije Universiteit Amsterdam (2006) {título revalidado pela Unicamp}, doutorado em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Endereço profissional: UNIOESTE – Reitoria. Pro-Reitoria de Graduação -

Assessoria de Relações Internacionais. Rua Universitária, 1619 - cx. postal 701, 85819-110 - Cascavel - PR – Brasil. E-mail: rafaelmattiello@hotmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Nacional del Sur, Bahia Blanca (Argentina), curso de especialização em Filosofia Política na Fundación Bariloche (Argentina), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado em sociologia ambiental e desenvolvimento rural na University of Wageningen (Holanda). É professora do Depto de Sociologia e Ciência Política, da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: juliaguivant@gmail.com